

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.596 - SP
(2019/0265984-1)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : PRISCILLA RIBEIRO MOREIRA
ADVOGADOS : BARTOLOMEU FERRARI FILHO - SP374949
VINICIUS ROMAGNOLO CARDOSO - SP380194
AGRAVADO : MANOEL DO NASCIMENTO FILHO
AGRAVADO : LUCIANA MACEDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MAGALY RODRIGUES DA CRUZ SOANA - SP148270
AGRAVADO : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO IBIRAPUERA CENTRAL PARK
ADVOGADO : MARCO ANTONIO KOJOROSKI - SP151586
AGRAVADO : REUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS - PELA
CURADORIA DE AUSENTES E INCAPAZES
ADVOGADO : WELESSON JOSÉ REUTERS DE FREITAS - CURADOR
ESPECIAL - SP160641

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. POSSE PRECÁRIA. AUSÊNCIA DE *ANIMUS DOMINI*. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. AGRADO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, concluiu que não ficou demonstrado o *animus domini* para o reconhecimento do pedido de usucapião, uma vez que a posse do imóvel pela autora decorreria de comodato com os antigos adquirentes. Nesses termos, a reforma do julgado demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

2. Não é possível o conhecimento do recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional quando o exame da divergência jurisprudencial exigir o reexame de prova para a demonstração da similitude fática entre os acórdãos confrontados, incidindo, na espécie, o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte Superior.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator